



XI Congresso Português de Sociologia
*Identities ao rubro: diferenças, pertencas e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Ambiente e Sociedade
Environment and Society**

**Cooperativas de energia renovável em Portugal e Espanha: David contra
Golias?
Renewable energy cooperatives in Portugal and Spain: David against Goliath?**

DELICADO, Ana, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
ana.delicado@ics.ulisboa.pt

PALLARÈS-BLANCH, Marta, Local Rural Development and Strategic Planning
Consultant

PRADOS, María-José, Universidade de Sevilha

GARCIA, Ramón, Universidade de Murcia

Del VALLE, Carolina, Universidade de Sevilha

Resumo / Resumen / Abstract / Résumé

Nos países europeus, sobretudo do centro e norte, as cooperativas de energia têm tido um papel muito ativo no desenvolvimento das energias renováveis, aproximando os pontos de produção e consumo e proporcionando aos cidadãos a oportunidade de participar mais ativamente na geração da energia (como investidores, como produtores, como gestores). Na península ibérica as cooperativas de energias renováveis são poucas e têm um número muito reduzido de clientes, estando o mercado dominado por grandes empresas.

O que explica então o escasso desenvolvimento das cooperativas em Portugal e Espanha? Que barreiras enfrentam? Com que adjuvantes contam para ultrapassar estas barreiras? E que vantagens têm efetivamente face às empresas de energia convencionais na transição energética, no desenvolvimento local ou na aceitação das energias renováveis?

Esta apresentação tem por base análise documental e entrevistas realizadas a cooperativas de energias renováveis em Portugal e Espanha, com base em dois projetos de uma equipa interdisciplinar.

Palavras-chave: Energias renováveis; inovação social; cooperativas

Keywords: Renewable energy; social innovation; cooperatives

Introdução

Portugal e Espanha distinguem-se por um trajeto bem-sucedido no desenvolvimento das energias renováveis (representando já 30% do consumo de energia em Portugal e 17% em Espanha). No entanto, este desenvolvimento tem sido em larga medida impulsionado pelas grandes empresas elétricas e com base na produção concentrada em grandes instalações (parques eólicos, barragens, centrais solares, fábricas de biomassa). Tal tem tido impacto não só nos preços da eletricidade (que estão entre os mais elevados da Europa), mas também no ambiente (efeitos sobre a paisagem e a biodiversidade das centrais) e em termos de justiça social, na medida que remete os cidadãos exclusivamente para o papel de consumidor de energia.

Noutros países europeus, sobretudo do centro e norte, as cooperativas de energia têm tido um papel muito mais ativo no desenvolvimento das energias renováveis, aproximando os pontos de produção e consumo e proporcionando aos cidadãos a oportunidade de participar mais ativamente na geração da energia (como investidores, como produtores, como gestores). Na península ibérica as cooperativas de energias renováveis não ultrapassam algumas dezenas, com base nos dados de federações de cooperativas. No entanto, o número de associados tem crescido substancialmente nos últimos anos.

O que explica então o escasso desenvolvimento das cooperativas em Portugal e Espanha? Que barreiras enfrentam? Com que adjuvantes contam para ultrapassar estas barreiras? E que vantagens têm efetivamente face às empresas de energia convencionais na transição energética, no desenvolvimento local ou na aceitação das energias renováveis?

Este artigo pretende dar uma primeira resposta a estas questões e baseia-se no trabalho desenvolvido para dois projetos de investigação que correm em paralelo: PEARLS Planning and Engagement Arenas For Renewable Energy Landscapeⁱ e TERRYER Sostenibilidad Territorial del modelo energético bajo en carbono. Territorios y energias renovables.ⁱⁱ

Enquadramento

A transição energética é apresentada como uma das principais vias de mitigação das alterações climáticas, reduzindo a emissão de gases com efeitos de estufa a partir da

substituição de fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis por fontes renováveis e não poluentes e da redução do consumo com base na promoção da eficiência energética.

Nos últimos anos a política europeia tem crescentemente reconhecido a necessidade de aproximar os cidadãos da energia, dando-lhes mais controlo e oportunidades de participação

As tecnologias da energia distribuída e a autonomização dos consumidores transformaram as cooperativas de energia e a Comunidade da Energia num modo eficaz e rentável de responder às necessidades e expectativas dos cidadãos no que respeita a fontes de energia e a serviços, assim como à participação local. (Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade, 2016/0380 (COD))

As cooperativas de energia são uma das formas de inovação social no domínio da energia (a par das comunidades de energia). São definidas na literatura como

estruturas sociais inovadoras que encontram soluções coletivas para problemas que ocorrem durante os processos de transição ou fornecem bancos de ensaio para a adaptação de tecnologias energéticas de baixo carbono às condições e necessidades locais. Existem várias formas de cooperativas de energia e os serviços energéticos que prestam são amplos, desde o fornecimento de eletricidade ao aquecimento urbano, soluções informáticas e consultoria em eficiência energética. (...) As características comuns incluem o envolvimento do público em geral (permitindo a participação direta e a propriedade dos membros), a procura de benefícios não comerciais (tais como a promoção do espírito comunitário) e a motivação para acelerar a transição para sistemas energéticos sustentáveis (por exemplo, a eliminação gradual da energia nuclear, a recuperação da propriedade local e o controlo do fornecimento de energia). (Wierling et al. 2018: 2)

As cooperativas de energia constituem formas de democratizar a energia, ao garantir aos cidadãos a propriedade das infraestruturas de geração de energia e participação direta na gestão da organização (Yildiz et al. 2015, Klagge e Meister 2018, Brumer 2018). Sobretudo as cooperativas de âmbito local asseguram uma maior proximidade entre

produção e consumo, o que permite mais eficiência e menos perdas no transporte. Ao não terem fins lucrativos nem o objetivo de proporcionar ganhos máximos aos acionistas, permitem oferecer preços mais baixos ao consumidor, ainda que geralmente requeiram que os clientes se tornem cooperantes, com os respetivos custos associados (Viardot 2013, Hufen e Koppenjan 2015, Henke et al 2021). Por fim, as cooperativas geram habitualmente menores impactos ambientais e paisagísticos (com centrais de menor dimensão, em locais menos sensíveis, e o uso de telhados em lugar da ocupação do solo), contribuindo para uma maior aceitação das energias renováveis (Herbes *et al.* 2017).

Na Europa, as cooperativas de energia desempenham um papel bastante relevante na produção e comercialização de energias renováveis e são um modelo em crescimento. Surgiram nos anos 1980 e 1990 a partir dos movimentos antinucleares e localizam-se sobretudo no norte da Europa (Huybrechtset al. 2018). A RESCOOP, a federação europeia de cooperativas de energia, criada em 2013 (Huybrechtset al. 2018) conta atualmente com a participação de 1.900 cooperativas, que reúnem 1,25 milhões de cidadãos (<https://www.rescoop.eu/>).

A situação das energias renováveis na Península Ibérica é de certa forma paradoxal. Apesar do acentuado desenvolvimento da geração de energia renovável, as cooperativas desempenham um papel muito pouco significativo num mercado totalmente dominado por um pequeno número de grandes empresas, na sua maioria presentes em ambos os países (EDP, Iberdrola, Endesa). Os dados do Eurostat (2020) permitem traçar um breve panorama das energias renováveis nos dois países. Em Portugal, em 2019, o peso das energias renováveis no consumo total de energia representava 30% e no consumo de eletricidade 54%. Em Espanha, estes valores são um pouco mais baixos, 18% e 37% respetivamente. Mas em termos de capacidade instalada, a de Espanha (54.457 MW) ultrapassa largamente a de Portugal (14.402 MW). O *mix* energético é também um pouco diferente. Em Portugal a energia hidroelétrica é ainda dominante (51% em 2019), seguida da eólica (39%) e, a mais larga distância, da solar fotovoltaica (6%). Em Espanha, a energia eólica é a dominante (46%) e a energia solar representa mais do dobro do peso (16%).

As cooperativas de energia renovável em Espanha têm sido objeto de alguma atenção por parte dos investigadores. Apesar de alguns autores abordarem o panorama cooperativo no país, a maioria dos estudos acaba por dar mais destaque à Som Energia, a mais antiga e maior cooperativa no país (Isern 2014, Capellán-Pérez et al. 2018, Heras-Saizarbitoria et al. 2018, Cuesta-Fernandez et al. 2020). Em Portugal, a única

cooperativa de energia renovável é a Coopernico, alvo apenas de menções esporádicas em alguns artigos (Sareen e Nordholm 2021, Hanke et al. 2021).

Metodologia

Este artigo tem por base dois projetos de investigação internacionais (ver Introdução), centrados nas questões das energias renováveis e paisagem, mas com uma dimensão social, que incluem Work Packages relativos a participação e inovação social. Neste âmbito, foram desenvolvidos vários estudos de caso de cooperativas de energia em Portugal (Coopernico) e Espanha (La Solar, Som Energia) e Itália (Energia Positiva). A metodologia adotada consistiu na abordagem multicase, com base em fontes primárias e secundárias: análise documental, entrevistas e observação em eventos. A análise documental incidiu sobre legislação de cada um dos países e sobre documentos produzidos pelas próprias cooperativas: estatutos, websites, folhetos, fichas de projeto, etc. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019. Com base na revisão da literatura foi concebido um guião de entrevista, que serviu de orientação às entrevistas semidiretivas aplicadas aos informantes-chave em cada cooperativa. Os entrevistados foram indicados pelas próprias cooperativas, de forma a garantir que teriam conhecimento direto do funcionamento da cooperativa. No caso da Som Energia foram realizadas duas entrevistas, uma a um membro da direção nacional e outra a dois membros do grupo local de Alcalá de Guadaira (Sevilha). Cada entrevista durou cerca de uma hora, as entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas, para assegurar o rigor da análise. Foi ainda feita observação em eventos organizados pelas cooperativas ou em eventos organizados por outras entidades nos quais as cooperativas participaram (seminários, sessões de esclarecimento). Foi concebida uma grelha temática comparativa na qual foram inseridos os resultados da análise de dados primários e secundários.

Neste artigo damos conta dos resultados relativos a apenas duas das cooperativas, uma em Espanha, a Som Energia, e outra em Portugal, a Coopernico.

Cooperativas de energias renovável na Península Ibérica

As cooperativas de energia renovável na Península Ibérica são em escasso número e têm um peso muito reduzido no mercado de produção e comercialização de eletricidade. Em Portugal, existem apenas oito cooperativas neste setor e apenas uma dedicada em exclusivo às energias renováveis, a Coopernico (fundada em 2012, por pessoas ligadas ao movimento ambientalista e à esfera universitária). As restantes são pequenas cooperativas de âmbito local, criadas nos anos 1930 durante o processo de eletrificação do país. Servem comunidades muito restritas (freguesias) e limitam-se a comercializar energia (ainda que algumas sejam também proprietárias de pequenas centrais hidroelétricas). São disto exemplo a Cooperativa Eléctrica de Loureiro CRL (Oliveira de Azeméis) ou a Cooperativa Electrica do Vale d'Este CRL (Vila Nova de Famalicão).

Em Espanha o panorama é muito semelhante. Há 19 cooperativas que fazem parte da federação UnionRenovables, que conta com 85 mil membros. Algumas das cooperativas mais antigas provêm do mesmo processo de génese das pequenas cooperativas elétricas portuguesas, mas algumas evoluíram no sentido da utilização das energias renováveis (Capellán-Pérez et al. 2018, Cuesta-Fernandez et al. 2020), como a Enercoop La Cooperativa Eléctrica Benéfica San Francisco de Asís de Crevillent (Alicante), criada em 1925.

Nos anos 2010 surgiram novas cooperativas criadas “por ativistas de base profundamente angustiados com a insustentabilidade e a democracia limitada do setor elétrico, construíram o seu modelo de negócios em torno da comercialização de eletricidade com certificação verde para clientes descontentes e politizados” (Cuesta-Fernandez et al 2020: 141). Muitas limitam-se a comercializar energia, não detêm infraestruturas de produção (por exemplo, a cooperativa La Solar, em Murcia, criada em 2016), mas algumas são também produtoras. As cooperativas de energia espanholas têm âmbito nacional, regional e local.

Focando-nos agora nos dois casos de estudo, a Coopernico tem o estatuto legal de cooperativa de serviços (Lei n.º 119/2015, Código Cooperativo, DR n.º 169/2015, Série I de 3 de agosto de 2015) e conta atualmente com 2.177 mil associados e mais de 1752 contratos de comercialização de energia (dados de julho de 2021). A cooperativa tem âmbito nacional, mas inclui 10 grupos locais.

A Som Energia, criada na Catalunha, em 2010, por um grupo de docentes e estudantes da Universidade de Girona, é a mais antiga desta vaga de novas cooperativas em Espanha (Isern 2014). Tem o estatuto de cooperativa de consumidores e utilizadores (Ley 27/1999, de 16 de julho, de Cooperativas, publicada no BOE n.º. 117) e conta

atualmente com quase 73 mil associados (dos 150 originais) e 129 mil contratos de comercialização de eletricidade (dados de julho de 2021). Começou por ser de âmbito local (Girona) mas tem hoje âmbito nacional e mais de 50 grupos locais disseminados por todo o país.

Objetivos e atividades das cooperativas

Os objetivos das duas cooperativas aqui analisadas são bastante semelhantes. No seu website, a Coopernico anuncia:

Visão: Um modelo energético renovável, justo e responsável que contribui para um futuro social, ambiental e energeticamente sustentável.

Missão: Envolver os cidadãos e empresas na criação do novo paradigma energético – renovável e descentralizado – em benefício da sociedade e do meio ambiente.

Já o representante da Som Energia afirmou em entrevista:

El objetivo último de Som Energia es la transición del modelo energético hacia uno 100% renovable.

Ambas as cooperativas são comercializadoras de eletricidade e garantem aos seus clientes a origem da energia a partir de fontes renováveis. Também são produtoras, mas em moldes distintos. A Coopernico gera energia renovável a partir de 24 pequenas centrais solares fotovoltaicas (com outras duas em construção), instaladas maioritariamente em telhados de edifícios coletivos (lares, escolas, pavilhões gimnodesportivos, hospitais) detidos por Instituições Particulares de Solidariedade Social, câmaras municipais, ou cooperativas agrícolas. Estes projetos totalizam 1,7 MW e são financiados a partir de *crowdfunding* dos associados (que investem e têm retorno garantido) (Sareen e Nordholm 2021).

A Som Energia é proprietária de 13 centrais de energia renovável (mais três em construção) pequena e média dimensão e fontes variáveis: solar, eólica, biomassa e hídrica. Estas centrais geram 18,5GW de eletricidade e foram financiadas a partir de *crowdfunding* de projetos de construção e compra de infraestruturas já existentes. O

objetivo central é assegurar a autossuficiência da cooperativa, ou seja, gerar tanta energia como a que é consumida nos contratos dos clientes.

Ambas desenvolvem também outras atividades conexas: proporcionam serviços de eficiência energética, fornecem apoio ao autoconsumo e comunidades de energia, exercem lobby sobre decisores políticos, promovem a literacia energética através de palestras e formação (por exemplo, a Som Energia promove anualmente a Escuela Som Energia), participam em projetos de investigação europeus.

Pedimos reuniões, participamos em conferências, portanto, temos aqui um trabalho de lobby junto do governo central, que é quem decide estas coisas. Pedimos reuniões para irmos lá apresentar o nosso modelo, as nossas preocupações, normalmente somos muito bem recebidos, há algum entusiasmo no nosso modelo que acaba por ser uma lufada de ar fresco no sector porque de facto somos diferentes. Também temos alguma com o regulador, com a ERSE, para transmitir as nossas preocupações (...). temos outro trabalho muito importante que é a literacia energética junto dos nossos membros. De facto, a falta de informação, a falta de conhecimento sobre o sector da energia é imensa, quando nós todos os meses pagamos uma fatura, não é? Toda a gente telefona para cá e pergunta se a Copernico pode ser o seu distribuidor. Nós começamos logo por explicar que distribuidor há só um, que o comercializador é que pode ser escolhido, e as alíneas da fatura e como é que é a estimativa, e porque é que a estimativa em um dia e não foi tudo pela leitura que o membro deu, coisas muito básicas dentro do sector energético mas que nos entra todos os dias dentro de casa (entrevista representante Coopernico)

Desafios e oportunidades para as cooperativas

As cooperativas de energias renováveis enfrentam dificuldades específicas em entrar e atuar num mercado desenhado para o modelo das grandes empresas e cuja regulação e políticas as tem favorecido explicitamente (vide, por exemplo, os leilões de conexão à rede para centrais eólicas e fotovoltaicas ou o atraso na promoção do autoconsumo, cuja taxa em Espanha era conhecida popularmente como “impuesto al sol”). Em primeiro lugar, são necessárias garantias bancárias de montante elevado para entrar no mercado como comercializador. Em segundo lugar, as cooperativas criticam a complexidade e opacidade da regulação, bem como as mudanças políticas inesperadas.

para entrar dentro da comercialização há uma série de entraves, há, o sector é opaco, o sector é fechado, o enquadramento legal não está feito para novas, novos modelos e novas empresas com modelos diferentes, de facto, entrarem. (...) as garantias bancárias de 200 mil euros para entrarmos na área da comercialização (...) é muito dinheiro (entrevista com representante da Coopernico)

Es un sector muy protegido para un sector que hasta ahora se ha construido bajo la lógica de centralizar el poder en grandes corporaciones. Penetrar en este sector es difícil para cualquiera. (...) Sobretudo conocer la regulación del mercado eléctrico que nos permitiese ser comercializadora de electricidad independiente y bajo el modelo cooperativo. (...) Sufrimos las dificultades del sector eléctrico debido a su regulación compleja y también inestable según los vaivenes políticos. (entrevista com representante da Som Energia)

As duas cooperativas apontam também o deficit de participação cívica também como um entrave ao desenvolvimento das cooperativas:

em Portugal o envolvimento da sociedade civil não é muito grande (...) eu acho que isso também tem muito a ver com a nossa maneira de ser, ou seja, nós somos desconfiados, temos tendência a não mudar o contrato da EDP, temos tendência a não perguntar porque é que eu me vou fazer membro de uma cooperativa, temos tendência a desconfiar das cooperativas, portanto, há aqui muito trabalho também de sensibilização a fazer, esses parecem, são mais obstáculos talvez culturais do que propriamente outros. (entrevista com representante da Coopernico)

Luego, en el caso de las cooperativas, seguramente el componente sociológico de participar de una empresa cooperativa también tiene sus limitaciones por falta de cultura de participación real y de implicación en proyectos colectivos. (entrevista com representante da Som Energia)

Já a Som Energia depara-se também com dificuldades associadas ao crescimento e profissionalização do que surgiu como um movimento cívico:

Luego, al empezar a crecer nos enfrentamos a dificultades organizativas relacionadas con la gobernanza de la cooperativa y también con la gestión de un equipo de personas creciente que se incorporaban al equipo técnico. (entrevista com representante da Som Energia)

No que respeita aos benefícios do modelo cooperativo no setor das energias renováveis, os seus dirigentes destacam a gestão democrática, a ausência de fins lucrativos e a oportunidade de participação cidadã no tema das energias renováveis. Como cooperativas, as decisões são necessariamente tomadas pelos cooperantes em assembleia geral. No caso da Coopernico, estas realizam-se duas vezes por ano. Para além disso, os grupos locais reúnem-se com maior regularidade. No caso da Som Energia, para além da assembleia geral, a cooperativa disponibiliza a Ferramenta “Participa” (um espaço virtual acessível aos cooperantes com diferentes recursos para mobilizar ações participativas) e o Calendário democrático (onde são anunciados todos os eventos promovidos pela cooperativa), bem como a Comunidad Som Lab HackaSom, que dá continuidade aos eventos HackaSom da Escuela de Energia (“hackatons” para criação de soluções digitais inovadoras no domínio da energia).

gestão democrática, ou seja, não visam o lucro, portanto, se tu quiseses ter um voto sobre a tua fatura de energia podes ir a uma assembleia geral e dar a tua palavra, podes contribuir para o crescimento da tua empresa fornecedora de energia. Nós temos um lema que é: aqui somos donos da nossa energia, ou seja, cada um de nós pode mesmo contribuir para o sucesso deste projeto dentro do sector. Aqui não há um CEO, não há um dono da empresa, há 1200 donos da empresa e cada um deles pode contribuir para o sucesso e para o crescimento dessa empresa. (...) tu de facto podes participar, não é qualquer um que tem aerogeradores com um milhão de euros, (...) nós aqui coletivamente já alavancamos mais de um milhão de euros, ou seja, é o conjunto é que é a nossa força (entrevista com representante da Coopernico)

Mas também salientam vantagens diretas para os cooperantes, como preços mais justos, sem custos agregados e sem condições ocultas, relações mais transparentes, acesso a benefícios de outras organizações da economia social com quem as cooperativas têm parcerias, a oportunidade de investir (e ser remunerado) em projetos de geração de energia, acesso facilitado ao autoconsumo.

E, de facto, as cooperativas de energia em ambos os países estão a ter um papel importante no apoio à formação de comunidades energéticas.

Evidentemente las cooperativas también revisan que la inversión sea viable económicamente, pero con unas expectativas menores porque se valora también la participación de la ciudadanía en la inversión, la difusión de las renovables gracias a la puesta en marcha de nuevos proyectos y a la importancia de aumentar la producción renovable. No son para las cooperativas simples oportunidades financieras sino un propósito en sí mismo el generar más energía procedente de fuentes renovables. (entrevista com representante da Som Energia)

Por outro lado, o modelo de funcionamento das cooperativas proporciona benefícios importantes para a economia local, ao apostar fundamentalmente na geração distribuída, perto dos locais de consumo, estimulando a criação de emprego e o desenvolvimento de outras atividades económicas (por exemplo, empresas de instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo).

Como recurso distribuido, permite un retorno mayor a la economía local (según la escala del proyecto) porque requiere de personas para la construcción, seguridad, mantenimiento, formación, etc. Y si la participación en la inversión se ha producido también entre las personas cercanas, los retornos económicos también retornan a nivel local. Y cabe pensar que si el sistema de producción es distribuido y no centralizado ese beneficio repercutirá a más poblaciones. (entrevista com representante da Som Energia)

Por outro lado ainda, as cooperativas afirmam contribuir para uma maior aceitação das energias renováveis, ao escolher localizações para as suas infraestruturas que causam menor dano ambiental e paisagístico.

El hecho de considerar que los centros de producción energética pueden (y deberían) estar en manos de la ciudadanía, acerca y promueve las renovables aumentando su aceptación social. Además, como el aspecto de rentabilidad económica no es el principal o único factor a tener en cuenta, en los proyectos se incorpora la mirada local, la preocupación por minimizar los efectos sobre el medio ambiente o el territorio, etc. atenúa las reticencias de las personas

afectadas por la nueva instalación. (entrevista com representante da Som Energia)

Notas finais

Apesar do acentuado desenvolvimento do setor das energias renováveis nas últimas décadas na Península Ibérica, as cooperativas em Portugal e Espanha têm um peso muito minoritário, face ao domínio das grandes empresas elétricas (Capellán-Pérez et al. 2018, Sareen e Nordholm 2021). Apesar de praticarem preços competitivos e proporcionarem aos cooperantes um leque alargado de vantagens, assim como benefícios sociais, económicos e ambientais claros, as cooperativas têm evidentes dificuldades em angariar novos membros/clientes e ganhar massa crítica para serem consideradas atores de relevo na definição de políticas.

Por outro lado, as grandes empresas elétricas apropriam-se de alguns dos discursos e práticas das cooperativas. Não só são responsáveis pela esmagadora maioria do volume de energia renovável gerada, ao serem proprietárias de barragens hidroelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas, como também proporcionam aos seus clientes contratos de energia verde (ex. Plano Casa da Iberdrola garante 100% de energia verde) e serviços de apoio ao autoconsumo e à eficiência energética (ex. campanha energia Solar EDP que, a partir de uma tarifa mensal durante cinco anos, sem juros, instala painéis fotovoltaicos para autoconsumo e assegura que o restante da fatura de eletricidade é suprido por energia renovável).

As cooperativas de energias renováveis enfrentam dificuldades significativas associadas à falta de apoio político (o que Capellán-Pérez et al. 2018 caracterizam mesmo como “um contexto regulatório e económico hostil”) e à escassa tradição cooperativa no sul da Europa. Mesmo a APREN, a associação do setor, tem como associados de maior peso as empresas elétricas, pelo que pouco incentivo para apoiar os pequenos operadores. As ligações entre poder político e empresarial, com as chamadas “portas giratórias” em que os titulares de cargos governativos ocupam posições em conselhos de empresas e vice-versa, são um fenómeno documentado em Portugal (Rosas et al 2015, Coroado, 2016) e em Espanha (Montero 2016, de Uribe et al 2016) que envolve também o setor da energia.

Todavia, o fenómeno das cooperativas de energia ibéricas não pode ser visto pelo ângulo puramente económico, como alternativas “falhadas” ou irrelevantes na geração

e comercialização de energias renováveis. As cooperativas inserem-se no panorama mais vasto dos movimentos ecológicos, com quem partilham membros e uma transversalidade de causas (Huybrechtset al. 2018), e também na “viragem” para a participação, que torna urgente a inclusão dos cidadãos na tomada de decisão e na construção de um modelo energético mais sustentável, mais justo e mais democrático (Henke et al. 2021). Podem vir a desempenhar um papel essencial no desenvolvimento das energias renováveis, ao promover o envolvimento direto dos cidadãos enquanto produtores em sistemas distribuídos, através do autoconsumo e das comunidades de energia.

Ou seja, podemos falar de uma situação de David contra Golias, mas as cooperativas de energia na Península Ibérica têm feito o seu percurso e são um exemplo de boas práticas (Magnani et al. 2017; Sperling 2017; Süsser & Kannen 2017, Jasiński et al. 2021). Contribuem para incrementar a aceitação das energias renováveis, ao inseri-las num enquadramento global que toma em consideração os valores e significados dos territórios e das comunidades onde são implantadas, indo além das questões técnicas, tecnológicas e empresariais (Wolsink 2018).

Referências

- Brummer, V. (2018). Of expertise, social capital, and democracy: Assessing the organizational governance and decision-making in German Renewable Energy Cooperatives. *Energy Research & Social Science*, 37, 111-121.
- Capellán-Pérez, I., Campos-Celador, Á., & Terés-Zubiaga, J. (2018). Renewable Energy Cooperatives as an instrument towards the energy transition in Spain. *Energy Policy*, 123, 215-229.
- Coroado, S. (2014). *Lóbi a descoberto: o mercado de influências em Portugal. Transparência e Integridade*. Associação Cívica.
- Cuesta-Fernandez, I., Belda-Miquel, S., & Calabuig Tormo, C. (2020). Challengers in energy transitions beyond renewable energy cooperatives: community-owned electricity distribution cooperatives in Spain. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 33(2), 140-159.

- de Uribe Salazar, C., Serrat, N. A., & Sabata-Aliberch, A. (2016). Comunicación en período de crisis y puertas giratorias en el caso Abengoa: análisis en prensa económica. *Obra digital: revista de comunicación*, (11).
- Eurostat (2020), *Renewable energy statistics*. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Renewable_energy_statistics. Acedido a 3 de março de 2021.
- Hanke, F., Guyet, R., & Feenstra, M. (2021). Do renewable energy communities deliver energy justice? Exploring insights from 71 European cases. *Energy Research & Social Science*, 80, 102244.
- Heras-Saizarbitoria, I., Sáez, L., Allur, E., & Morandeira, J. (2018). The emergence of renewable energy cooperatives in Spain: A review. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 94(March 2017), 1036–1043
- Herbes, C., Brummer, V., Rognli, J., Blazejewski, S., & Gericke, N. (2017). Responding to policy change: New business models for renewable energy cooperatives – Barriers perceived by cooperatives’ members. *Energy Policy*, 109(June), 82–95.
- Hufen, J. A. M., & Koppenjan, J. F. M. (2015). Local renewable energy cooperatives: revolution in disguise?. *Energy, Sustainability and Society*, 5(1), 1-14.
- Huybrechts B., Creupelandt D., Vansintjan D. (2018) Networking Renewable Energy Cooperatives – the experience of the European Federation REScoop.eu. In: Holstenkamp L., Radtke J. (eds) *Handbuch Energiewende und Partizipation*. Springer VS, Wiesbaden. https://doi.org/10.1007/978-3-658-09416-4_50
- Isern, S. R. (2014). Para otro futuro energético. Irrupción de actores socialmente innovadores en el contexto español. *Documentación social*, (174), 31-50.
- Jasiński, J., Kozakiewicz, M., & Sołtysik, M. (2021). Determinants of energy cooperatives’ development in rural areas—Evidence from Poland. *Energies*, 14(2), 319.
- Klagge, B., & Meister, T. (2018). Energy cooperatives in Germany—an example of successful alternative economies? *Local Environment*, 23(7), 697-716.
- Lopes-Cordeiro, J. M. (2015). Jorge Costa, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã, Fernando Rosas. *Os Donos de Portugal. Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto, Edições Afrontamento.

- Magnani, N., Maretti, M., Salvatore, R., & Scotti, I. (2017). Ecopreneurs, rural development and alternative socio-technical arrangements for community renewable energy. *Journal of Rural Studies*, 100(52), 33-41.
- Montero, L. M. (2016). *El club de las puertas giratorias: De los escaños a la poltrona. Todos los privilegios de los políticos que pasan a la empresa privada... y viceversa*. Madrid: La Esfera de los Libros.
- Pellicer-Sifres, V., Belda-Miquel, S., Cuesta-Fernández, I., & Boni, A. (2018). Learning, transformative action, and grassroots innovation: Insights from the Spanish energy cooperative Som Energia. *Energy Research & Social Science*, 42, 100-111.
- Sareen, S., & Nordholm, A. J. (2021). Sustainable development goal interactions for a just transition: multi-scalar solar energy rollout in Portugal. *Energy Sources, Part B: Economics, Planning, and Policy*, 1-16.
- Sperling, K. (2017). How does a pioneer community energy project succeed in practice? The case of the Samsø Renewable Energy Island. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 71, 884-897.
- Süsser, D., & Kannen, A. (2017). ‘Renewables? Yes, please!’: perceptions and assessment of community transition induced by renewable-energy projects in North Frisia. *Sustainability Science*, 12(4), 563-578.
- Viardot, E. (2013). The role of cooperatives in overcoming the barriers to adoption of renewable energy. *Energy Policy*, 63, 756-764.
- Wierling, A., Schwanitz, V. J., Zeiß, J. P., Bout, C., Candelise, C., Gilcrease, W., & Gregg, J. S. (2018). Statistical evidence on the role of energy cooperatives for the energy transition in European countries. *Sustainability*, 10(9).
- Wolsink, M. (2018). Co-production in distributed generation: renewable energy and creating space for fitting infrastructure within landscapes, *Landscape Research*, 43:4, 542-561.
- Yildiz, Ö., Rommel, J., Debor, S., Holstenkamp, L., Mey, F., Müller, J. R., Radtke, J., & Rognli, J. (2015). Renewable energy cooperatives as gatekeepers or facilitators? Recent developments in Germany and a multidisciplinary research agenda. *Energy Research and Social Science*, 6, 59–73

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

ⁱ Financiado pela Comissão Europeia através do Programa MSC RISE (Grant Agreement 778039) e coordenado pela Universidade de Sevilha: <https://pearlsproject.org/>

ⁱⁱ Financiado pelo Ministério de Economia, Industria e Competitividade de Espanha (ref. CS02017-84986), também coordenado pela Universidade de Sevilha: <http://grupo.us.es/terryer/>

Referências

- Brummer, V. (2018). Of expertise, social capital, and democracy: Assessing the organizational governance and decision-making in German Renewable Energy Cooperatives. *Energy Research & Social Science*, 37, 111-121.
- Capellán-Pérez, I., Campos-Celador, Á., & Terés-Zubiaga, J. (2018). Renewable Energy Cooperatives as an instrument towards the energy transition in Spain. *Energy Policy*, 123, 215-229.
- Coroado, S. (2014). *Lóbi a descoberto: o mercado de influências em Portugal. Transparência e Integridade*. Associação Cívica.
- Cuesta-Fernandez, I., Belda-Miquel, S., & Calabuig Tormo, C. (2020). Challengers in energy transitions beyond renewable energy cooperatives: community-owned electricity distribution cooperatives in Spain. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 33(2), 140-159.
- de Uribe Salazar, C., Serrat, N. A., & Sabata-Aliberch, A. (2016). Comunicación en período de crisis y puertas giratorias en el caso Abengoa: análisis en prensa económica. *Obra digital: revista de comunicación*, (11).
- Eurostat (2020), *Renewable energy statistics*. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Renewable_energy_statistics. Acedido a 3 de março de 2021.
- Hanke, F., Guyet, R., & Feenstra, M. (2021). Do renewable energy communities deliver energy justice? Exploring insights from 71 European cases. *Energy Research & Social Science*, 80, 102244.

- Heras-Saizarbitoria, I., Sáez, L., Allur, E., & Morandeira, J. (2018). The emergence of renewable energy cooperatives in Spain: A review. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 94(March 2017), 1036–1043
- Herbes, C., Brummer, V., Rognli, J., Blazejewski, S., & Gericke, N. (2017). Responding to policy change: New business models for renewable energy cooperatives – Barriers perceived by cooperatives’ members. *Energy Policy*, 109(June), 82–95.
- Hufen, J. A. M., & Koppenjan, J. F. M. (2015). Local renewable energy cooperatives: revolution in disguise?. *Energy, Sustainability and Society*, 5(1), 1-14.
- Huybrechts B., Creupelandt D., Vansintjan D. (2018) Networking Renewable Energy Cooperatives – the experience of the European Federation REScoop.eu. In: Holstenkamp L., Radtke J. (eds) *Handbuch Energiewende und Partizipation*. Springer VS, Wiesbaden. https://doi.org/10.1007/978-3-658-09416-4_50
- Isern, S. R. (2014). Para otro futuro energético. Irrupción de actores socialmente innovadores en el contexto español. *Documentación social*, (174), 31-50.
- Jasiński, J., Kozakiewicz, M., & Sołtysik, M. (2021). Determinants of energy cooperatives’ development in rural areas—Evidence from Poland. *Energies*, 14(2), 319.
- Klagge, B., & Meister, T. (2018). Energy cooperatives in Germany—an example of successful alternative economies? *Local Environment*, 23(7), 697-716.
- Lopes-Cordeiro, J. M. (2015). Jorge Costa, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã, Fernando Rosas. *Os Donos de Portugal. Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Magnani, N., Maretti, M., Salvatore, R., & Scotti, I. (2017). Ecopreneurs, rural development and alternative socio-technical arrangements for community renewable energy. *Journal of Rural Studies*, 100(52), 33-41.
- Montero, L. M. (2016). *El club de las puertas giratorias: De los escaños a la poltrona. Todos los privilegios de los políticos que pasan a la empresa privada... y viceversa*. Madrid: La Esfera de los Libros.
- Pellicer-Sifres, V., Belda-Miquel, S., Cuesta-Fernández, I., & Boni, A. (2018). Learning, transformative action, and grassroots innovation: Insights from the Spanish energy cooperative Som Energia. *Energy Research & Social Science*, 42, 100-111.

- Sareen, S., & Nordholm, A. J. (2021). Sustainable development goal interactions for a just transition: multi-scalar solar energy rollout in Portugal. *Energy Sources, Part B: Economics, Planning, and Policy*, 1-16.
- Sperling, K. (2017). How does a pioneer community energy project succeed in practice? The case of the Samsø Renewable Energy Island. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 71, 884-897.
- Süsser, D., & Kannen, A. (2017). ‘Renewables? Yes, please!’: perceptions and assessment of community transition induced by renewable-energy projects in North Frisia. *Sustainability Science*, 12(4), 563-578.
- Viardot, E. (2013). The role of cooperatives in overcoming the barriers to adoption of renewable energy. *Energy Policy*, 63, 756-764.
- Wierling, A., Schwanitz, V. J., Zeiß, J. P., Bout, C., Candelise, C., Gilcrease, W., & Gregg, J. S. (2018). Statistical evidence on the role of energy cooperatives for the energy transition in European countries. *Sustainability*, 10(9).
- Wolsink, M. (2018). Co-production in distributed generation: renewable energy and creating space for fitting infrastructure within landscapes, *Landscape Research*, 43:4, 542-561.
- Yildiz, Ö., Rommel, J., Debor, S., Holstenkamp, L., Mey, F., Müller, J. R., Radtke, J., & Rognli, J. (2015). Renewable energy cooperatives as gatekeepers or facilitators? Recent developments in Germany and a multidisciplinary research agenda. *Energy Research and Social Science*, 6, 59–73